



ESTADO DE MATO GROSSO

PODER JUDICIÁRIO

JUIZADO ESPECIAL DA COMARCA DE CAMPO VERDE

TESTE SELETIVO PARA CREDENCIAMENTO CONCILIADOR – JULHO/2013

INSTRUÇÕES

1. Este Caderno de Questões não deve ser folheado antes da autorização do fiscal.
2. Na Folha de Respostas, realize a conferência de seu nome completo, do número de seu documento e do número de sua inscrição. As divergências devem ser comunicadas ao fiscal para as devidas providências.
3. Após ser autorizado pelo fiscal, verifique se o Caderno de Questões está completo, sem falhas de impressão e se a numeração está correta. Caso note alguma divergência, comunique ao fiscal imediatamente.
4. O único documento válido para a correção das provas é a Folha de Respostas definitiva, por isto, tenha a máxima atenção na transcrição de suas respostas, visto que o preenchimento da Folha de Respostas é de sua inteira responsabilidade.
5. Deverá ser utilizada caneta esferográfica com tinta de cor azul ou preta na marcação da Folha de Respostas.
6. Leia atentamente cada questão da prova e assinale, na Folha de Respostas, a opção que a responda corretamente.
7. O limite dos campos de marcação da Folha de Respostas deverá ser respeitado, não podendo essa ser dobrada, amassada ou rasurada.
8. Será atribuída nota 0 (zero), na correção da Folha de Respostas, às questões não assinaladas, que apresentarem mais de uma alternativa assinalada, emenda ou rasura, ainda que legível.
9. A prova deverá ser realizada no prazo de 4h (quatro horas), incluindo a marcação da Folha de Respostas. É importante controlar seu tempo. O candidato poderá anotar o gabarito no verso da capa da prova e levar consigo.
10. **Você somente poderá deixar definitivamente a sala de prova após 60 (sessenta) minutos de seu início. Será possível levar o caderno de questões desde que permaneça na sala até os 60 (sessenta) minutos anteriores ao período estabelecido para o término da prova, sendo necessário, obrigatoriamente, devolver ao fiscal a Folha de Respostas assinada.**
11. Durante a prova, não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, réguas de cálculo, impressos ou qualquer outro material de consulta, inclusive códigos e/ou legislação.
12. A retirada da sala dos 03 (três) últimos candidatos só ocorrerá conjuntamente e após a conferência de todos os documentos da sala, além da assinatura do termo de fechamento.

Candidato(a): «Nome» «RG»



ESTADO DE MATO GROSSO

PODER JUDICIÁRIO

JUIZADO ESPECIAL DA COMARCA DE CAMPO VERDE

TESTE SELETIVO PARA CREDENCIAMENTO CONCILIADOR – JULHO/2013

LÍNGUA PORTUGUESA

1) Eles todos _____, não conseguem se controlar, estão por cima da carne-seca. Se dão o direito de falar ao pé do ouvido do público, como uma _____ caseira _____ sabedoria em conversas ao redor da fogueira. São um _____ de cronistas, editorialistas e fofoqueiros e atendem pelo pomposo título de opinion makers.

As lacunas do último parágrafo são preenchidas correta e respectivamente pelas palavras da alternativa:

- (A) extrapolam - vovozinha - destila - mixto
- (B) estrapolam - vovozinha - distila - misto
- (C) extrapolam - vovosinha - distila - mixto
- (D) estrapolam - vovozinha - distila - mixto
- (E) extrapolam - vovozinha - destila - misto

2) Assinale a afirmativa grafada INCORRETAMENTE:

- (A) As árvores foram serradas.
- (B) O português me complimentou amavelmente.
- (C) O fim das queimadas é incerto.
- (D) Ninguém sabe o porquê de sua ausência.
- (E) A cessão de terras compete aos indígenas.

3) Assinale a alternativa em que todas as palavras apresentam a grafia correta.

- (A) Os jovens têm a presunção de abusarem dos idosos.
- (B) A família presenteiam o idoso no aniversário dele.
- (C) O filho carinhoso quiz cuidar do velho pai até a morte.
- (D) Os familiares puzeram o velhinho na Casa de Repouso.
- (E) Os cidadãos devem reinvidicar bons salários para os aposentados.

4) Quanto à grafia marque a alternativa correta.

- (A) A sensação de poder torna as pessoas autoritárias e exigentes.
- (B) A sociedade quer fazer contenção de despesas em relação a obras públicas.
- (C) Nabuco advinhou o que aconteceria no Brasil.
- (D) As pessoas solidárias trabalharão em projetos beneficentes.
- (E) As classes mais desfavorecidas vencem os impecilhos impostos pelas elites.

5) Relacione as colunas, classificando corretamente os verbos destacados.

1. Gerúndio.
2. Futuro do Pretérito do Indicativo.
3. Pretérito Imperfeito do Indicativo.
4. Presente do Indicativo.
5. Pretérito Perfeito do Indicativo.

- () "... os cientistas consideravam como certo..."
- () "... sua força de atração estabiliza o eixo terrestre."
- () "... o eixo oscilaria como um pão..."
- () "Os dados mostraram que mesmo sem uma lua..."
- () "... nas zonas costeiras gerando a produção de ricos nutrientes marinhos."

A sequência está correta em

- (A) 3, 2, 4, 1, 5
- (B) 2, 3, 1, 5, 4
- (C) 3, 4, 2, 5, 1
- (D) 2, 4, 3, 1, 5
- (E) 4, 1, 5, 3, 2

6) A memória ajuda a definir quem somos.

O verbo flexionado nos mesmos tempo e modo em que se encontram os grifados acima está também grifado na frase:

- (A) ... para que possa interpretar...
- (B) Cientistas brasileiros e americanos demonstraram ser possível apagar ...
- (C) O experimento indica que
- (D) ... que as células do cérebro não se regeneravam.

Candidato(a): «Nome» «RG»



ESTADO DE MATO GROSSO

PODER JUDICIÁRIO

JUIZADO ESPECIAL DA COMARCA DE CAMPO VERDE

TESTE SELETIVO PARA CREDENCIAMENTO CONCILIADOR – JULHO/2013

(E) tornou-se uma preocupação central nas sociedades modernas ...

7) O par de vocábulos do texto acentuado pela mesma regra é

- (A) até / só
- (B) mantém / marés
- (C) contrário / estável
- (D) climático / evoluída
- (E) desequilíbrio / também

DIREITO CONSTITUCIONAL

8) A respeito dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A casa é asilo inviolável do indivíduo, e ninguém nela pode penetrar, a não ser, unicamente, por ordem judicial.
- (B) Aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, direito que se extingue com a sua morte, não sendo transmissível aos seus herdeiros.
- (C) A lei poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem.
- (D) A prática do racismo é crime imprescritível, mas que permite a fiança.
- (E) A Constituição Federal admite, entre outras, as penas de privação da liberdade, perda de bens e de trabalhos forçados.

9) A reunião em local aberto ao público:

- (A) Depende de aviso prévio à autoridade judiciária.
- (B) Depende de autorização do poder executivo local.
- (C) Não depende de nenhuma condição.
- (D) Depende de autorização de autoridade competente.
- (E) Depende de aviso prévio à autoridade competente.

10) Quem pode impetrar mandado de segurança coletivo?

- (A) Qualquer partido político.
- (B) Associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano.
- (C) Mesa da Câmara dos Deputados.
- (D) Mesa do Senado Federal.
- (E) Presidente da Câmara Municipal

11) São Fundamentos da República Federativa do Brasil, com exceção de:

- (A) Singularismo Político
- (B) Soberania
- (C) Dignidade da Pessoa Humana
- (D) Cidadania
- (E) Valores Sociais do Trabalho

12) Um dos Objetivos Fundamentais da República Federativa Brasileira é:

- (A) Erradicar a desigualdade social.
- (B) Construir uma sociedade com direitos distintos.
- (C) Promover o desenvolvimento da região nordeste.
- (D) Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais.
- (E) Promover o bem dos mais justos sem distinção de raça, sexo, cor.

DIREITO CIVIL

13) Sobre a validade do negócio jurídico, assinale a opção correta.

- (A) A incapacidade relativa de uma das partes não pode ser invocada pela outra em benefício próprio, pois aproveita aos cointeressados capazes, salvo se for indivisível o objeto do direito ou da obrigação comum.
- (B) Não dispõem a lei em contrário, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor

Candidato(a): «Nome» «RG»



ESTADO DE MATO GROSSO

PODER JUDICIÁRIO

JUIZADO ESPECIAL DA COMARCA DE CAMPO VERDE

TESTE SELETIVO PARA CREDENCIAMENTO CONCILIADOR – JULHO/2013

superior a trinta vezes o salário mínimo vigente, exceto se a lei dispuser em contrário.

(C) A validade das declarações de vontade dependerá de forma especial, e se atenderá mais ao sentido literal da linguagem do que à intenção nelas consubstanciada.

(D) A impossibilidade inicial do objeto invalida o negócio jurídico se for relativa, ou se cessar antes de realizada a condição a que ele estiver subordinado.

(E) O silêncio importa anuência, quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem, e for necessária a declaração de vontade expressa.

14) Sobre a obrigação solidária, pode-se afirmar que:

(A) O credor não pode renunciar à solidariedade em favor de apenas um dos devedores solidários;

(B) Importará renúncia da solidariedade a propositura de ação pelo credor contra um ou alguns dos devedores;

(C) O credor tem direito a exigir e receber de um ou de alguns dos devedores, parcial ou totalmente, a dívida comum;

(D) Não é válido o pagamento parcial feito a um dos credores solidários;

(E) Todas as alternativas anteriores estão corretas.

15) De acordo com o Código Civil, a pretensão de reparação civil prescreve em:

(A) um ano.

(B) dois anos.

(C) três anos.

(D) quatro anos.

(E) cinco anos.

PROCESSO CIVIL

16) A produção da prova documental deve ordinariamente ser realizada pelas partes,

(A) na inicial e na contestação.

(B) em audiência.

(C) na fase de instrução.

(D) após o depoimento pessoal das partes.

(E) em qualquer momento antes da sentença

CÓDIGO DO CONSUMIDOR

17) Assinale a opção correta com relação às disposições do CDC.

(A) Os contratos de locação sujeitam-se às disposições do CDC.

(B) Bens imateriais não são objeto de proteção das normas consumeristas.

(C) O conceito de fornecedor de bens e serviços de consumo abrange os entes despersonalizados.

(D) Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, seja remunerada ou não.

(E) O contrato de mútuo entre o agente financeiro do SFH e o mutuário não é abrangido pelo CDC.

18) Em razão da ocorrência de evento danoso, o fornecedor de bens de consumo é responsabilizado nos casos em que houver

(A) colocação do produto no mercado por terceiros.

(B) inexistência de defeito.

(C) riscos de desenvolvimento.

(D) culpa exclusiva de terceiro.

(E) força maior

LEGISLAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS

19) Considere os itens abaixo à luz da Lei Federal n.º 9.099/95.

Candidato(a): «Nome» «RG»



ESTADO DE MATO GROSSO

PODER JUDICIÁRIO

JUIZADO ESPECIAL DA COMARCA DE CAMPO VERDE

TESTE SELETIVO PARA CREDENCIAMENTO CONCILIADOR – JULHO/2013

I - É lícito formular pedido genérico quando não for possível determinar, desde logo, a extensão da obrigação.

II - Registrado o pedido, independentemente de distribuição e atuação, a Secretaria do Juizado designará a sessão de conciliação, a realizar-se no prazo de vinte dias.

III - A opção pelo procedimento previsto na Lei Federal n.º 9.099/95 importará em renúncia ao crédito excedente ao limite estabelecido nessa Lei.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II e III.

20) Considere as afirmações abaixo à luz da Lei Federal n.º 9.099/95.

I - Nas causas de valor até vinte salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória.

II - Não se admitirá, no processo, qualquer forma de intervenção de terceiro nem de assistência. Admitir-se-á o litisconsórcio.

III - A prática de atos processuais em outras comarcas poderá ser solicitada por qualquer meio idôneo de comunicação.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) I, II e III.

21) Considere os seguintes cargos e circunstâncias de Atuação:

I - Juiz togado.

II - Juiz leigo, sob a supervisão do Juiz.

III - Conciliador, sob a supervisão do Juiz.

Quais poderão conduzir a conciliação nos juizados especiais criminais?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) Apenas I e III.

22) Considere as afirmações abaixo à luz da Lei Federal n.º 9.099/95.

I - Ficam excluídas da competência do Juizado Especial as causas de natureza alimentar, falimentar e as relativas a acidentes de trabalho, dentre outras.

II - O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, independentemente do valor da causa.

III - Os conciliadores e Juízes leigos são auxiliares da Justiça, recrutados, os primeiros, preferencialmente, entre os bacharéis em Direito, e os segundos, entre advogados com mais de cinco anos de experiência.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I e III.
 - (B) I, II e III.
 - (C) Apenas III.
 - (D) Apenas I.
 - (E) Apenas II.
-

Candidato(a): «Nome» «RG»



ESTADO DE MATO GROSSO

PODER JUDICIÁRIO

JUIZADO ESPECIAL DA COMARCA DE CAMPO VERDE

TESTE SELETIVO PARA CREDENCIAMENTO CONCILIADOR – JULHO/2013

23) Com relação ao instituto da transação penal previsto na Lei 9.099/1995, assinale a afirmação correta.

(A) A transação penal não poderá ser proposta pelo Ministério Público nos casos de infrações penais praticadas com violência ou grave ameaça à pessoa.

(B) Não ações penais públicas, não é permitida ao autor do fato a possibilidade de recusa da transação penal, por se tratar de proposta do Ministério Público, titular da ação.

(C) A transação penal poderá ser proposta pelo Ministério Público quando não for caso de arquivamento, desde que haja representação ou se trate de crime de ação penal pública incondicionada.

(D) Independentemente do tipo de ação penal, a transação penal deverá ser sempre proposta pelo Ministério Público.

(E) O autor do fato poderá aceitar a proposta de transação penal sem a assistência de advogado ou de defensor.

24) A proposta, ao acusado, de suspensão condicional do processo NÃO poderá envolver

(A) reparação do dano, salvo impossibilidade de fazê-lo.

(B) proibição de frequentar determinados lugares.

(C) proibição de ausentar-se da comarca onde reside sem autorização do Juiz.

(D) comparecimento pessoal e obrigatório a juízo, mensalmente, para informar e justificar suas atividades.

(E) recolhimento a casa prisional, para repouso noturno, por período pré-determinado pelo Juiz, sem possibilidade de prorrogação.

25) No que se refere à suspensão condicional do processo (art. 89 da Lei 9.099/1995), assinale a alternativa correta.

(A) A prescrição não correrá durante o período de suspensão condicional do processo.

(B) Caso venha a ser processado por uma nova prática de contravenção penal durante o período de suspen-

são condicional do processo, o autor do fato terá o benefício revogado.

(C) Nos crimes em que a pena mínima for igual ou inferior a dois anos, o Ministério Público poderá oferecer a suspensão condicional do processo.

(D) Expirado o prazo da suspensão condicional do processo, será designada audiência para declaração de extinção da punibilidade do autor do fato.

(E) Nos casos em que o acusado não aceitar a proposta de suspensão condicional do processo, este será arquivado.

26) No que se refere à transação e à conciliação, assinale a afirmação INCORRETA.

(A) O acordo entre as partes, quando homologado pelo Juiz, acarretará em renúncia ao direito de queixa, nos casos de ação penal privada.

(B) Quando não for possível o acordo entre as partes, o Ministério Público deverá oferecer denúncia contra o autor do fato.

(C) O acordo entre as partes, quando homologado pelo Juiz, impede o oferecimento de denúncia contra o autor do fato, nos casos de ação penal pública condicionada.

(D) Quando fracassada a tentativa de acordo entre as partes, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multa, a serem especificadas na proposta, nos casos em que o autor do fato preencher os requisitos legais para tanto.

(E) Quando os antecedentes, a conduta social, a personalidade do agente, os motivos e as circunstâncias do crime indicarem não ser suficiente a proposta de transação, o Ministério Público poderá deixar de propô-la.

27) Com relação à Lei 9.099/1995, assinale a afirmação INCORRETA.

(A) A Lei abrange os delitos de menor potencial ofensivo e todas as contravenções penais.

(B) O processo perante o juizado especial criminal tem como objetivo, sempre que possível, a conciliação entre o autor do fato e a vítima e, em não sendo isto possível, a transação penal.

Candidato(a): «Nome» «RG»



ESTADO DE MATO GROSSO

PODER JUDICIÁRIO

JUIZADO ESPECIAL DA COMARCA DE CAMPO VERDE

TESTE SELETIVO PARA CREDENCIAMENTO CONCILIADOR – JULHO/2013

(C) Os crimes cujos processos deverão ser regidos pela Lei são aqueles cujas penas máximas não ultrapassem dois anos.

(D) Quando houver composição dos danos civis entre as partes e o acordo for homologado, caberá recurso de apelação.

(E) Na ação penal pública incondicionada, a suspensão condicional do processo poderá ser proposta pelo Ministério Público.

28) A audiência de conciliação:

(A) É realizada no Juizado Especial Cível, obrigatoriamente, dentro do processo de conhecimento, de cumprimento da sentença ou no processo de execução de título extrajudicial;

(B) É obrigatória a sua realização nos pedidos de homologação de acordo extrajudicial;

(C) É realizada no Juizado Especial Cível, obrigatoriamente, dentro do processo de conhecimento e no processo de execução de título extrajudicial;

(D) É o momento processual de apresentação sem contestação pena de revelia;

(E) Quando realizada na fase de cumprimento da sentença, corresponde ao momento processual de apresentação dos embargos à execução, pena de preclusão.

29) No procedimento dos Juizados Especiais Criminais, assinale a alternativa falsa.

(A) A competência será determinada pelo lugar em que foi praticada a infração penal.

(B) Acolhendo a proposta de transação penal feita pelo Ministério Público, e aceita pelo autor da infração, o juiz aplicará a pena restritiva de direitos ou multa, que não importará em reincidência..

(C) Poderá ser realizada a transação penal, com a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas, mesmo na hipótese de ação penal pública incondicionada.

(D) Caberá apelação da decisão que homologar a proposta de transação penal feita pelo Ministério Público.

(E) Em qualquer tipo de ação penal, a composição dos danos civis acarretará a extinção do processo.

30) Dentre as pessoas listadas abaixo, indique quem não poderá ser parte no processo instituído pela Lei n.º 9.099/95:

(A) O maior de 18 (dezoito) anos e menor de 21 (vinte e um) anos;

(B) O promotor de justiça.

(C) O juiz de direito;

(D) O preso;

(E) O policial militar.

31) Conforme a Lei Federal n.º 9.099/1995, o processo orientar-se-á pelos critérios de

(A) oralidade, formalismo, simplicidade e economia processual, quando possível.

(B) oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação.

(C) oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando sempre a transação.

(D) oralidade, formalismo, simplicidade e economia processual, buscando sempre a conciliação.

(E) oralidade, informalidade, economia processual e celeridade.

32) De acordo com o Provimento n.º 040/2008-CM, são atribuições de Conciliador:

I - abrir e conduzir a sessão de conciliação, sob a orientação do Juiz Togado ou do Juiz Leigo, promovendo o entendimento entre as partes;

II - redigir os termos de acordo, submetendo-os à homologação do Juiz Togado;

Candidato(a): «Nome» «RG»



ESTADO DE MATO GROSSO

PODER JUDICIÁRIO

JUIZADO ESPECIAL DA COMARCA DE CAMPO VERDE

TESTE SELETIVO PARA CREDENCIAMENTO CONCILIADOR – JULHO/2013

III - certificar os atos ocorridos na sessão de conciliação, e redigir as atas das sessões a que presidir;

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II e III.

33) Das decisões proferidas pelas Turmas Recursais dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais são cabíveis os seguintes recursos:

- (A) embargos declaratórios e recurso extraordinário.
- (B) recurso inominado e embargos declaratórios.
- (C) recurso especial e recurso adesivo.
- (D) embargos infringentes e agravo de instrumento.
- (E) N.D.A.

34) Sobre os Juizados Especiais Criminais, assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) compete ao Supremo Tribunal Federal o julgamento de habeas corpus impetrado contra decisão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Criminais.
- (B) segundo a Lei nº 9.099/1995 (Lei dos Juizados Especiais), se for caso de oferecimento da inicial acusatória, esta terá, como regra, a forma oral, que será reduzida a termo.
- (C) os eventuais erros materiais da sentença não poderão ser corrigidos de ofício pelo juiz.
- (D) o juízo de admissibilidade da acusação formulada será realizado por ocasião da audiência de instrução e julgamento.
- (E) todas são corretas.

35) A audiência de instrução e julgamento (AIJ) é ato passível de ser realizado nos procedimentos ordinário, sumário e no previsto pela Lei n.º 9.099/2005, dos juizados especiais cíveis. Entretanto, a finalidade da AIJ nos juizados não é exatamente a mesma daquela realizada nos procedimentos ordinário e sumário, pois, certos atos que, nos juizados, devem ser realizados nessa

audiência, já ocorreram anteriormente nos procedimentos ditos comuns. Nesse sentido,

- (A) a prova pericial com o auxílio de assistentes técnicos e diligências, que nos juizados só é admitida na AIJ, nos procedimentos ordinário e sumário realiza-se antes dessa audiência.
- (B) a conciliação, cuja tentativa pelo juízo ainda é admitida na AIJ do juizado, não mais ocorre na AIJ dos procedimentos ordinário e sumário.
- (C) a prova testemunhal, que só é admitida na AIJ do juizado, na AIJ dos procedimentos ordinário e sumário só é admitida, respectivamente, na audiência preliminar prevista no art. 331 do Código de Processo Civil (CPC) e na audiência prevista no art. 277 do CPC.
- (D) a contestação, que nos juizados deve ser apresentada na AIJ, no procedimento ordinário já foi anteriormente apresentada.
- (E) Nenhuma das Alternativas.

36) Considere as afirmações abaixo à luz da Lei Federal n.º 9.099/95.

I - A citação far-se-á por correspondência, com aviso de recebimento em mão própria.

II - A citação far-se-á, tratando-se de pessoa jurídica ou firma individual, mediante entrega ao encarregado da recepção, que será obrigatoriamente identificado.

III - Sendo necessária, a citação far-se-á por intermédio de mandado, via oficial de justiça, na forma determinada pelo Código de Processo Civil.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas I e II.
- (C) Apenas II.
- (D) Apenas III
- (E) I, II e III.

Candidato(a): «Nome» «RG»



ESTADO DE MATO GROSSO

PODER JUDICIÁRIO

JUIZADO ESPECIAL DA COMARCA DE CAMPO VERDE

TESTE SELETIVO PARA CREDENCIAMENTO CONCILIADOR – JULHO/2013

37) Qual pessoa abaixo indicada pode ser parte em processo protocolado perante o Juizado Especial Cível:

- (A) A pessoa plenamente capaz, ainda que representada por outra pessoa que goze de sua total capacidade, desde que juntado a devida procuração.
- (B) Cessionários de direitos de pessoas jurídicas.
- (C) O espólio.
- (D) Pessoa jurídica, de direito público ou privado.
- (E) Partido Político devidamente registrado na Comarca.

38) Assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A audiência de conciliação, na execução de título executivo extrajudicial, é obrigatória e o executado, querendo embargar, deverá fazê-lo nesse momento.
- (B) A regra de contagem dos prazos observa sistemática própria, não se aplicando as regras previstas pelo CPC ou pelo Código Civil.
- (C) É possível, em alguns casos, a acumulação das condições de preposto e advogado, na mesma pessoa.
- (D) Os prazos processuais nos Juizados Especiais Cíveis contam-se da juntada do comprovante da intimação aos autos.
- (E) Devido à celeridade, da sentença cabe recurso no prazo de 05 (cinco) dias.

CÓDIGO DE TRÂNSITO

39) O delito de lesão corporal culposa (artigo 303 da Lei 9.503/1997), quando praticado na direção de veículo automotor, terá a pena aumentada de um terço até a metade

- (A) quando o agente estiver com a Permissão para Dirigir ou Carteira de Habilitação suspensa.
- (B) quando o agente praticá-lo fora da faixa de pedestres.
- (C) quando o agente praticá-lo na pista de rolamento, próximo à faixa de pedestres.
- (D) quando o agente prestar socorro, mas este não for suficiente para minorar os danos causados à vítima.

(E) quando o agente, no exercício de sua profissão ou atividade, estiver conduzindo veículo de transporte de passageiros.

40) O delito previsto no artigo 304 da Lei 9.503/1997 ("Deixar o condutor do veículo, na ocasião do acidente, de prestar imediato socorro à vítima, ou, não podendo fazê-lo diretamente, por justa causa, deixar de solicitar auxílio da autoridade pública")

- (A) somente será punível se praticado de forma culposa.
- (B) ensejará punição ao condutor, ainda que a sua omissão seja suprida por terceiros.
- (C) não acarretará punição penal ao condutor quando ocasionar apenas ferimentos leves na vítima.
- (D) somente será punível quando restar comprovada a embriaguez do condutor do veículo.
- (E) não permite que o Ministério Público ofereça a suspensão condicional do processo.

41) Considerando-se o Código de Trânsito Brasileiro, assinale as afirmações abaixo com V (verdadeiro) ou F (falso).

- () Os casos envolvendo o delito previsto no artigo 307 do Código de Trânsito Brasileiro dependem de representação da vítima para que o Ministério Público possa oferecer a denúncia.
- () As penas previstas no artigo 306 do Código de Trânsito Brasileiro somente poderão ser aplicadas alternativamente.
- () Aos crimes previstos no Código de Trânsito Brasileiro, aplicam-se os dispositivos da Lei n.º 9.099/1995 quando a pena privativa de liberdade não ultrapassar dois anos.

A alternativa que apresenta a sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- (A) F - F - V.
- (B) F - V - F.
- (C) V - V - V.
- (D) V - F - V.
- (E) V - F - F.

Candidato(a): «Nome» «RG»



42) Assinale a alternativa correta sobre os crimes previstos no Código de Trânsito Brasileiro.

- (A) Comete o delito do artigo 311 o agente que trafejar em velocidade incompatível com a segurança nas proximidades de escolas, gerando perigo de dano.
- (B) Aos crimes previstos no Código de Trânsito Brasileiro não se aplicam os artigos referentes à aplicação da lei penal, previstos nos artigos 1º a 12 do Código Penal.
- (C) O agente não poderá ser responsabilizado criminalmente por deixar de prestar socorro à vítima quando restar provado que esta teve morte instantânea.
- (D) No caso do delito do artigo 306, o Juiz, ao condenar o agente, deverá optar por uma das penalidades previstas no seu preceito sancionador.
- (E) Os crimes de menor potencial ofensivo previstos no Código de Trânsito Brasileiro somente serão processados após a formalização da representação da vítima, exceto nos casos de embriaguez ao volante, nos termos do artigo 306.

43) Conforme o Código de Trânsito Brasileiro, assinale a afirmação correta.

- (A) A aplicação da lei dos juizados especiais criminais Lei n.º 9.099/1995 é vedada aos crimes praticados na direção de veículo automotor.
- (B) Ao condenar acusados de delitos praticados na direção de veículos automotores, nos casos de incidência do Código de Trânsito Brasileiro, o Juiz deverá sempre optar entre aplicar a pena privativa de liberdade ou a pena de multa, vedada a aplicação cumulativa de ambas.
- (C) Confiar a direção de veículo automotor a pessoa não habilitada (artigo 310 do Código de Trânsito Brasileiro) constitui delito de menor potencial ofensivo.
- (D) O aumento de pena previsto no parágrafo único do artigo 303 do Código de Trânsito Brasileiro ("lesão corporal culposa na direção de veículo automotor") deverá ser aplicado apenas quando o agente não prestar socorro à vítima.

(E) Quando da incidência da causa de aumento de pena do parágrafo único do artigo 303 do Código de Trânsito Brasileiro ("lesão corporal culposa na direção de veículo automotor"), não será cabível a suspensão condicional do processo (artigo 89 da lei n.º 9.099/1995).

44) Assinale a conduta que constitui crime de menor potencial ofensivo previsto no Código de Trânsito Brasileiro.

- (A) Conduzir bicicleta em calçadas ou em vias exclusivas de pedestres, gerando perigo de dano.
- (B) Dirigir veículo automotor em via pública quando cassado o direito de dirigir, ainda que sem gerar perigo de dano.
- (C) Participar, na condução de veículo automotor, de disputa de velocidade ("racha") em via pública, ainda que sem gerar dano à incolumidade pública ou privada.
- (D) Conduzir veículo automotor na via pública, estando com concentração de álcool por litro de sangue igual ou superior a 0,6 decigramas.
- (E) Dirigir veículo automotor em via pública sem a Permissão para Dirigir ou a Habilitação.

45) No que se refere ao crime de "afastar-se o condutor do veículo do local do acidente, para fugir à responsabilidade penal ou civil que lhe possa ser atribuída" (artigo 305 do Código de Trânsito Brasileiro), assinale a afirmação correta.

- (A) Somente se procede mediante queixa.
- (B) É vedado o oferecimento da suspensão condicional do processo.
- (C) Não é facultada a punição exclusivamente com pena de multa.
- (D) É crime de ação penal pública incondicionada.
- (E) Não deverá ser processado perante o juizado especial criminal.

46) No que se refere ao delito previsto no artigo 49 da Lei 9.605/1998 ("Destruir, danificar, lesar ou maltratar, por qualquer modo ou meio, plantas de ornamentação de logradouros públicos ou em propriedade privada alheia"), assinale a afirmação INCORRETA.



ESTADO DE MATO GROSSO

PODER JUDICIÁRIO

JUIZADO ESPECIAL DA COMARCA DE CAMPO VERDE

TESTE SELETIVO PARA CREDENCIAMENTO CONCILIADOR – JULHO/2013

- (A) Trata-se de crime de menor potencial ofensivo.
- (B) É crime de ação penal pública incondicionada.
- (C) Admite a suspensão condicional do processo.
- (D) Não admite a aplicação cumulativa da pena privativa de liberdade e da pena de multa.
- (E) Quando praticado na forma culposa, aplicam-se as penas de um a seis meses de detenção e multa.

47) Qual das condutas referidas abaixo NÃO representa uma contravenção penal?

- (A) Entregar a direção de veículo automotor a pessoa não habilitada. Praticar vias de fato contra alguém.
- (B) Não guardar com a devida cautela animal perigoso.
- (C) Perturbar alguém, o trabalho ou o sossego alheios com gritaria ou algazarra.
- (D) Recusar-se a receber, pelo seu valor, moeda de curso legal no país.
- (E) Praticar vias de fato contra alguém.

48) Assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.
- (B) Na responsabilidade por atos terroristas, é adotada a teoria do risco integral.
- (C) Meio ambiente é o conjunto de condições, serviços, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.
- (D) Para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, incumbe ao Poder Público preservar e restaurar os processos ecológicos e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas.
- (E) O meio ambiente é bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida.

REGIMENTO INTERNO TJ/MT

49) Sobre a eleição e posse dos Dirigentes do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, com

base no Regimento Interno do Tribunal, é correta a assertiva:

- (A) O Tribunal Pleno elegerá o Presidente, o Vice-Presidente e o Corregedor-Geral da Justiça, que constituirão o Conselho da Magistratura.
- (B) As eleições serão realizadas no mês de novembro do ano anterior ao término de cada biênio.
- (C) A aceitação do cargo é obrigatória, a não ser que o eleito tenha manifestado recusa expressa e devidamente aceita pelo Tribunal após a eleição.
- (D) A reeleição para o cargo de Presidente do Tribunal de Justiça será admitida apenas uma vez para mandato consecutivo e por três vezes para mandatos intercalados.
- (E) A eleição será feita em escrutínios distintos e secretos, não sendo admitida a votação dos ausentes, ainda que por carta.

CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA-COJE

50) De acordo com o Código de Organização Judiciária (Lei n.º 4.964/85, atualizada pela Lei Complementar n.º 281/2007),

- (A) o servidor que receber qualquer vantagem além das outras a que fizer jus, em dinheiro ou não, poderá ser apenado, no máximo, com a suspensão por 90 dias, sem vencimentos.
- (B) a majoração do número de membros do Tribunal só ocorrerá quando o total de processos distribuídos e julgados, durante o ano anterior, superar o índice de quinhentos feitos por juiz.
- (C) o expediente do Foro Extrajudicial será das 12 às 18 horas, sendo que o Registro Civil funcionará aos sábados e domingos, exceto nos feriados.
- (D) o menor de 18 anos não poderá assistir à audiência ou sessão de Juiz ou Tribunal, a não ser com a permissão do Magistrado que a presidir.
- (E) ficam classificados como sendo pertencentes à primeira classe os Ofícios de Justiça das Comarcas de Primeira Entrância.

Boa Sorte!!!

Candidato(a): «Nome» «RG»